



Vista interna do prédio do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. FOTO: Carlos Blaya /1997



# A política de pesquisa no Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul no período de 1987 a 1997

Denise Molon Castanho

Professora do Departamento de Documentação do CCSH/UFSM

Ricardo Rossato

Professor das Faculdades Franciscanas /Santa Maria

## resumo

O objetivo deste estudo foi pesquisar como o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul constituiu sua política de pesquisa na última década. A investigação envolveu a realização de entrevistas com o atual Diretor do Arquivo Público do Estado do RS, atual Chefe da Divisão de Documentação, um Técnico-administrativo e um pesquisador da referida instituição. O propósito foi analisar suas falas e identificar compromissos do Estado com relação ao Arquivo Público, as políticas de referência e difusão adotadas e a concepção de pesquisa existente. Dos depoimentos dos entrevistados foram recortados elementos fundamentais à análise fundamentando-se a experiência prática no referencial teórico existente. Com os dados obtidos, foi possível compreender a política de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul na última década. Para suprir lacunas identificadas, foram propostas algumas recomendações, objetivando que este espaço público seja não só reconhecido pela sociedade, como também possa gozar do devido respeito por parte das autoridades competentes.

Palavras-chave

Arquivo, Pesquisa

## abstract

The objective of this study was to research how the Public File of the State of Rio Grande do Sul established its policy of research in the last decade. The investigation involved the realization of interviews with the current Director of the Public File of the State of Rio Grande do Sul, current Chief of the Section of documentation, one administration technician and one researcher of the aforesaid institution. The purpose was to analyze their speeches and to identify compromise of the State in relation to the Public File, the adopted policies of reference and diffusion and the existent conception of research. From the sworn evidence, it was collected fundamental elements to the analysis and it was based in the existent literature. With the obtained data, it was possible to comprehend the policy of research of the Public File of the State of Rio Grande do Sul in the last decade. To supply identified lacunas, some recommendations were proposed, having as an objective the recognition/acknowledgement by the society, and also the use of respect by the competent authorities.

Key words

File, Recherche

## 1. Introdução

### 1.1. O problema e sua importância

A reflexão referente ao trabalho de dissertação de mestrado balizado na relação pesquisa e arquivos, merece uma atenção, pelo fato de que os arquivos são espaços importantes e necessários à construção e/ou elaboração de trabalhos científicos. Estes espaços pouco utilizados na sua totalidade, por vezes, são consequência do desconhecimento das pessoas no conjunto da sociedade. Logo, divulgar a importância da instituição arquivo para a construção do pensamento científico, está relacionado com a cultura e a ciência. E, neste sentido, ambas são atividades humanas diretamente ligadas ao mundo arquivístico.

A escolha deste arquivo público deu-se pelos motivos nominados a seguir: a) pela função pública que o referido arquivo assume; b) por se constituir num modelo na preservação de documentos originais; c) por ser uma referência nacional e internacional, considerando as fontes que reúne no acervo e as próprias características arquitetônicas, que revelam uma singularidade diante do que existe na América Latina.

A relevância deste estudo justifica-se pelo entendimento de que o arquivo público pertence a uma sociedade, que precisa conhecer o valor histórico-cultural das fontes primárias que são preservadas em seus acervos. Essas fontes imprimem às instituições arquivísticas, um significado particular, pois são únicas e insubstituíveis e como tal promovem a cultura, o ensino e a pesquisa.

o arquivo público pertence a uma sociedade, que precisa conhecer o valor histórico-cultural das fontes primárias que são preservadas em seus acervos

## 2. Fundamentação teórica

### 2.1 O estado e os arquivos

Os arquivos, no Brasil, para algumas categorias da sociedade ainda são sinônimo de depósito de papéis velhos. É relevante destacar que o arquivo é uma instituição de pesquisa e, muitas vezes, percebe-se uma idéia equivocada com relação a esta concepção. Esta concepção também é sentida por BELLOTTO que ao referir-se a imagem do arquivo assim se manifesta:

pode-se afirmar que a sociedade, em geral chega a ter, hoje uma idéia mais ou menos correta do que sejam os arquivos e do que eles representam no seu contexto. Embora algumas vezes com perfis equivocados, reconhece-se serem os arquivos repositórios de informações fidedignas. A eles podem os cidadãos se dirigir para encontrar os devidos atos normativos, os testemunhos fidedignos e as informações administrativas, jurídicas, empresariais, institucionais, notariais, etc, registros de que precisa em sua vida privada, sua vida civil e sua vida profissional. (1996, p.8)

Na Europa, a tradição cultural é expressa no resgate e preservação da sua história milenar. Neste sentido, os arquivos assumem um papel de destaque no que se refere a sua importância no cenário europeu, servindo de modelo para as demais nações. (CASTRO, 1973, p.57 )

Ainda o mesmo autor situa um exemplo no Brasil, considerando um fato catastrófico ocorrido no governo provisório de 1890, mais especificamente em 19 de de-



zembro daquele ano, quando numa atitude simplista, foram eliminados do arquivo nacional, os últimos vestígios da escravidão no Brasil. Nesta época, o Congresso congratulou oficialmente as autoridades que tiveram esta iniciativa, revelando assim, interesses políticos existentes nesta intenção, além de descaso com uma parte importantíssima de nossa história. Este documento pertence ao acervo do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados.

A criação do Arquivo Público do Império, em 1838, foi um marco referencial para o universo da Arquivologia. Seus objetivos eram de recolher e conservar os documentos produzidos e acumulados pela administração pública.

A realidade brasileira, considerando as dimensões de nosso país, revelou na época um interesse até significativo em conservar os fundos documentais. Em razão disso, o Arquivo Nacional manifestou interesse em manter a referida documentação.

Em 1889, com a proclamação da República e a instauração do sistema federal, as províncias transformaram-se em Estados, e assim foram criados os arquivos estaduais com o fim de conservar e acumular os documentos produzidos pelo novo Estado. Cria-se, assim, para os arquivos públicos tanto municipais como estaduais, uma necessidade de adequação, porém estes, logo no início assumiram uma atitude de passividade quando já eram percebidos problemas tais como: recursos humanos insuficientes e ineficazes, falta de materiais e equipamentos, falta de instalações e, principalmente, o descaso por parte das autoridades.

A política vigente, no Arquivo Nacional, acabou por transformar o arquivo em depósito de documentos resultantes do poder executivo enquanto que a produção do legislativo e do judiciário passou a ser mantida próxima dessas administrações.

Hoje, tão importante quanto criar organismos em nível nacional e internacio-

nal é a criação de políticas que favoreçam a implementação das normativas já existentes a respeito da Arquivologia.

É necessário considerar que, no Brasil, os profissionais têm buscado um Sistema de Arquivos para o país há muito tempo. Os arquivos públicos brasileiros em sua grande maioria constituem instituições voltadas mais para a guarda de documentos e persiste uma certa idéia de que estes documentos erroneamente constituem documentos de caráter histórico, muitas vezes tratados sem observância aos critérios científicos.

Hoje, tão importante quanto criar organismos em nível nacional e internacional é a criação de políticas que favoreçam a implementação das normativas já existentes a respeito da Arquivologia.

## 2.2 A história do arquivo público do estado do rio grande do sul

Para escrever sobre a história do Arquivo Público do Rio Grande do Sul é extremamente importante compreender a evolução das políticas arquivísticas no contexto deste estado, analisar alguns documentos que são referência na construção desta trajetória.

A primeira referência que se faz a um arquivo público, no estado, consta do Regulamento Imperial, datado de 02 de janeiro de 1838 em que se previa uma repartição incumbida de reunir, conservar e catalogar os arquivos administrativos e legislativos e os documentos de origem oficial. Pelo visto a finalidade desta repartição era preservar da destruição documentos, durante a Guerra dos Farrapos. Em 05 de agosto de 1848, através da Lei provincial n.º 150, propôs-se a criação de um arquivo público provincial.

Naquele momento, as autoridades revelaram que esta repartição já existia,



estando subordinada ao Arquivo do Rio de Janeiro e que o Arquivo Público Provincial deveria ter outro destino e fins, isto é, ser uma espécie de “arquivo dos engenheiros provinciais” onde se reunisse material referente a mapas, plantas, cartas e orçamentos.

Tendo em vista este fato, foi encaminhado Projeto de Lei a Assembléia Provincial, que transformada em Lei n.º 199, de 05 de dezembro de 1850 revogou a Lei n.º 150, de 1848 e extinguiu “ex vi”, a repartição do Arquivo Público da Província.<sup>1</sup>

Mas, só 55 anos depois, isto é, em 1905 o governo do estado planejou a organização de um arquivo público, nos moldes dos que já haviam em outros estados.

Em mensagem a Assembléia, Borges de MEDEIROS ressaltou entre outras as seguintes utilidades:

patenteia-se pelo próprio fim, que é de coligir e conservar tudo quanto possa interessar ao RS, sob o ponto de vista de sua formação, do seu desenvolvimento político, da administração pública e, em suma do progresso em todas as manifestações de atividades. (Relatório de Atividades do arquivo, sem data, p. 01)

### 2.2.1 O Decreto de Criação do Arquivo Público do Estado do RS N.º 876 de 08/03/1906

O Arquivo Público do Estado do RS foi criado pelo Decreto n.º 876 de 08 de março de 1906 pelo então Presidente do estado Antonio Augusto Borges de Medeiros. A instalação do arquivo deu-se em 15 de março de 1906 em uma sede provisória na Escola Complementar, na esqui-

na das ruas Duque de Caxias e Marechal Floriano. Em setembro de 1912 foi transferido para sua sede definitiva. Seu primeiro diretor foi Carlos Emílio Haag Port, responsável pela administração do arquivo no período de 1906 a 1918.

O Decreto n.º 876 de 1906 estabelece um regulamento para a repartição do Arquivo Público, Estatística e Bibliotheca, ou seja, cria o arquivo público que compreenderia os outros dois setores, merecendo analisar alguns aspectos como:

No Capítulo I do referido Regulamento são apresentados os fins, organização e seus serviços destacando no Art. 1 que a repartição do Arquivo Público, da Estatística e da Bibliotheca estariam subordinados à secretaria dos Negócios do Interior e Exterior, sendo destinada:

a adquirir e conservar, sob classificação systemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à historia, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul: a executar, coordenar e analysar todos os trabalhos estatísticos que se relacionarem com o estado physico, economico, commercial, industrial, político, administrativo, moral e intellectual do Estado; a incumbir-se do serviço da Bibliotheca Publica na fórmula prescripta por este regulamento. (p.5)

As competências das seções constituem ações específicas. Ao Arquivo Público compete a guarda e a catalogação de documentos que lhe fosse confiado além de um elenco de documentos originais relacionados em anexo.

O capítulo VI do mesmo regulamento, ao tratar de “memórias históricas”, revela um compromisso da repartição no sen-

<sup>1</sup> A expressão “ex vi” significa que a repartição do Arquivo público da Província foi extinta em função desta legislação.



tido de publicar as memórias históricas do RS que compreenderiam a publicação de documentos existentes, não reservados, relativos à história e geografia do estado, seus servidores etc, incluindo a publicação de catálogos que contassem questões sociais e políticas do Rio Grande, respeitando as fases colonial, imperial e republicana do Rio Grande do Sul.

Nas disposições gerais, artigo 60 do referido Regulamento, são explicitadas formas de acesso aos documentos do arquivo.

A Secção do Archivo será franqueada a quem tiver obtido licença do director geral, e a consulta que fizer versará sobre documentos, cujo exame tenha sido requerido, não podendo tirar notas nem cópias. ( p.19)

Os percentuais da Tabella de Vencimentos do Pessoal do Archivo Público do Estado demonstram que a remuneração da Direção e da Secção de Archivo eram superiores com relação às outras duas secções. Este fato pode ser justificado através do significado das informações que o arquivo passava a reunir assim como a relação política existente entre o governo e a Direção do referido arquivo.

### 2.2.2 As Mensagens de Presidentes do Estado e Governadores do Rio Grande do Sul .

Na construção do trabalho proposto, tomou-se como base as Mensagens encaminhadas à Assembléia Legislativa. Para melhor sistematizar o estudo, a análise foi feita por ano considerando a evolução e ações relevantes para o contexto desse trabalho.

Desta forma, constatou-se um vácuo referente aos anos de 1937 a 1945. Este vazio corresponde ao período conhecido na História do Brasil como Estado Novo, cuja implantação se deu através de um golpe de

Estado. A ditadura “estadonovista” foi instalada a 10 de novembro de 1937 por Getúlio Vargas, através de uma Constituição imposta, revogando a anterior e as estaduais, dissolvendo o Congresso e abolindo os partidos políticos.

De acordo com KONRAD (1994), no RS com a completa desarticulação do sistema partidário existente anterior a 1937, o poder ficou centralizado nas mãos dos interventores. Na tentativa de acabar com os “excessos do federalismo”, onde, segundo Vargas, estariam localizados os problemas que o Brasil enfrentava, o governo buscou implantar uma política centralizadora e nacionalizante. O regionalismo era visto como fator de desagregação nacional. Segundo FLORES, O Rio Grande do Sul passou a ser um estado policialesco, transgredindo os direitos dos cidadãos, que até para viajar a outra cidade necessitava de salvo-conduto ou de cartão da polícia. ( 1990, p.127)

Nesse sentido, podemos colocar o “vácuo” existente entre 1937-1945 nas mensagens à Assembléia Legislativa a respeito ao Arquivo Público, como resultado deste contexto em que o Brasil e conseqüentemente o RS estavam relacionados. Isto é, no RS durante este período o processo legislativo manteve-se interrompido em todas as suas instâncias até a redemocratização e da promulgação da Constituição de 1946.

As “mensagens”, desde a criação do Arquivo Público do Estado do RS, pouco revelam sobre a preocupação dos dirigentes do arquivo em relação à pesquisa e é somente nos relatórios de atividades do período de 1991 a 1994 que é possível senti-la “(...) em linhas gerais, também tínhamos

As “mensagens”, desde a criação do Arquivo Público do Estado do RS, pouco revelam sobre a preocupação dos dirigentes do arquivo em relação à pesquisa e é somente nos relatórios de atividades do período de 1991 a 1994 que é possível senti-la



a preocupação e o desejo de elevar o Arquivo Público a uma posição na sociedade, como um órgão voltado à cultura e ao incentivo à pesquisa”. Observa-se ainda neste mesmo relatório que há um enriquecimento de recursos humanos qualificados (entenda-se qualificados como pessoal com formação na área), que certamente contribuíram para que o Arquivo Público não constituísse apenas um depósito de documentos.

### 2.2.3 Outras fontes documentais relevantes ao estudo

É necessário ressaltar algumas iniciativas importantes do arquivo com relação à pesquisa, que vão além das anteriormente citadas. Considerando o estudo feito nos documentos produzidos nesta última

década é possível destacar: a criação do Sistema de Arquivos do Estado do RS através dos decretos 33.200 e 33.201, de 05 de junho de 1989, com o objetivo de elaborar princípios, diretrizes, normas e métodos de organização e

funcionamento dos arquivos visando a preservação da história do estado. Existe na instituição, um espaço denominado sala de pesquisa tendo inclusive um documento que regimenta seu uso assim como normas que estabelecem procedimentos para a reprodução de documentos sob custódia do Arquivo Público. O Sistema de Arquivos vem sendo implementado de várias formas, houve a tentativa de informatizar e microfilmear o acervo, no entanto, como ambos exigem manutenção, reparos e acima de tudo, investimento e atualização, os equipamentos

tornaram-se obsoletos e a atividade não pôde ser levada a frente. Desta forma, as ações referentes ao sistema envolvem hoje um trabalho maior com as secretarias, isto é, os arquivistas tratam os serviços de informação em todos os níveis nestas secretarias do estado.

A Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul assume um papel importante na relação com o arquivo pois reúne desde sua fundação em setembro de 1994, oitenta sócios que contribuem na divulgação e importância do acervo em eventos culturais, lançamentos de livros, ciclos de palestras, exposições, participação em encontros, congressos e outras atividades. A referida associação foi criada a partir de uma idéia do Prof.Dr. Moacir Flores da UFRGS e PUC congregando os historiadores do RS. O professor orienta um grupo de estagiários do Curso de História no Arquivo Público. Estes grupos têm publicado trimestralmente o Boletim Informativo desde o ano de 1994 contribuindo na difusão da instituição. (Depoimento de membro da associação à pesquisadora em 03/março/1998. O Arquivo Público também vem divulgando trimestralmente seus feitos através dos boletins, destacando sua história, suas ações e pretensões. Além destes meios, o arquivo dispõe também de um folder informativo que apresenta as funções do arquivo, o acervo existente, assim como endereço e horário de funcionamento.

A preocupação em priorizar o preparo da casa para receber o pesquisador, a promoção de eventos, a interligação com a rede Tchê, contando com uma página na Internet, constituem ações hoje vivenciadas na prática neste espaço público.

### 2.2.4 Arquivo Público do Estado do RS: algumas considerações

O Arquivo Público do Estado do RS



está hierarquicamente subordinado diretamente a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Sua atual estrutura organizacional está representada graficamente através de uma Direção exercida por um Diretor, pelas Divisões de Documentação e Divisão de Pesquisa e Projetos, e pela Seção de Apoio Administrativo. Na estrutura funcional do referido arquivo, percebe-se conforme o decreto n 36.186 de 22 de setembro de 1995 que as competências referem-se a um Departamento de Arquivo Público assim como as Divisões e Seções, acima citadas.

O Arquivo Público do Estado do RS é um organismo importante, na medida em que guarda e responde, por aproximadamente 18 milhões de documentos, oriundos de municípios, distritos, vilas e povoados do RS, datados de 1746 a 1990. ( Guia do Arquivo Público, período de 1991 a 1994)

As grandes funções do arquivo constituem-se basicamente da guarda, preservação e acessibilidade tanto no que se refere ao uso dos documentos e à pesquisa.

A prestação de serviços à comunidade é uma prática do Arquivo Público através do fornecimento de cópias autenticadas e não autenticadas de documentos tais como certidões de nascimento, casamento e óbito e escrituras às partes interessadas ou a pessoas devidamente autorizadas. O atendimento ao pesquisador também é um compromisso assumido no Arquivo entendendo que sua atividade acontece em prol da comunidade e da cultura, pois preserva a história do RS.

Recentemente em reportagem especial foi denunciado o descaso que vem ameaçando o acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul que revela fidedignamente quase três séculos da história social do Estado. O ataque de cupins, a infiltração de água, as rachaduras das paredes e os forros comprometem a instituição arquivística. Na busca de reconhecimento como centro de referência para pesquisa e turismo no Estado, a memória

gaúcha está esquecida e suas instalações exigem reparos. Outro fator que constitui um problema ao arquivo é a falta de espaço físico, para área de trabalho e de pesquisa. A história gaúcha está comprometida considerando os problemas acima explicitados que acabam tornando difícil o trabalho dos pesquisadores. (GONZATTO, 1998 p. 4 - 5).

## 2.3 A pesquisa e a educação

A relação dos arquivos com a educação se faz sentir de uma forma intensa na perspectiva de Khmeleva do Arquivo Nacional da Guiana, em *The Media and the Archives*,

o desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo; igualmente importante é o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas. (MATTOS e TAVARES, 1996, p.63).

Os registros revelam que a frente cultural que os arquivos oferecem é quase sempre entendida como uma complementação dos serviços que podem ser oferecidos aos cidadãos.

Tanodi, Prof. Diretor do Centro Interamericano de Desenvolvimento Arquivístico, em Córdoba, Argentina, na obra de ESPOSEL(1994), também denuncia que os arquivos assumem um papel significativo, mas sem que lhe seja atribuí-



do o valor devido. Sua concepção a respeito do conceito de arquivo passa por dois aspectos fundamentais: um consiste no caráter de uma instituição que conserva a documentação de importância para a investigação científica e serve ao trabalho cultural, como auxiliar na formação de valores nacionais e sociais, científicos e pedagógicos. O outro aspecto diz respeito à sua posição enquanto dependência de entidades modernas, atuais, públicas e privadas que se mostra de grande utilidade nas gestões administrativas, econômicas, jurídicas e legais.

PESCADOR HOYO(1981) revela que o arquivista deve atuar de forma ativa devendo passar todos os conhecimentos custodiados por um arquivo. Ela destaca a necessidade de arranjar e descrever a documentação, bem como a importância de publicar instrumentos de descrição dos fundos de arquivo, no sentido de promover acesso aos documentos a fim de facilitar o trabalho dos pesquisadores.

A realidade brasileira revela que o acesso e sigilo dos documentos públicos é assegurado, porém a Lei 8.159/91 de 08 de janeiro nos diz que os documentos originalmente sigilosos são aqueles cuja divulgação possa colocar em risco a segurança da sociedade e do Estado, incluindo aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade e da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Com relação ao acesso aos documentos sigilosos, tratando-se da segurança da sociedade e do Estado, existe uma restrição de um prazo máximo de trinta anos a contar da data de sua produção, havendo liberdade de prolongar esse prazo somente por uma vez e por igual período. O acesso àqueles documentos que dizem respeito a honra e a imagem das pessoas, possuem uma restrição por um prazo de cem anos a contar da data de sua produção. Ao Poder Judiciário foi conferido o poder de deter-

minar em qualquer instância a exibição reservada de qualquer documento sigiloso, desde que este ato torne-se indispensável à defesa de direito próprio ou esclarecimento de situação pessoal

BELLOTTO (1991), ao tratar da temática difusão editorial, cultural e educativa em arquivos, entende que existe no serviço de difusão cultural duas vias: uma que tem a preocupação de ampliar-se cada vez mais, no sentido de atingir a grande massa da sociedade e outra que deve funcionar como atrativo a fim de que a comunidade possa buscar as informações e riquezas contidas no interior dessas instituições. A mesma autora também comenta quanto a pedagogia brasileira, que vem sendo renovadora e progressista, no sentido de facilitar aos alunos de 1º e 2º graus, a busca do arquivo como espaço para o desenvolvimento de pesquisas; no entanto, apesar destas iniciativas, ainda não foram incluídos os usos possíveis da documentação dos arquivos. Quanto a utilização dos arquivos pelos escolares, a autora dá relevância ao acesso desses estudantes nos arquivos municipais, onde seria viável uma ação conjunta com o professor de história.

Essa concepção reafirma que os serviços de difusão devem ser oferecidos pelos arquivos na tentativa de buscar cada vez mais integrar a sociedade a esta realidade, seja através de assistência educativa, cultural ou editorial. Acredita-se que desta forma os arquivos, além de cumprir seu papel, de proporcionar o acesso aos documentos públicos, devem também promover o conhecimento da sociedade como um todo.

### 2.3.1 A pesquisa, a universidade e as instituições arquivísticas

A universidade utilizando-se da pesquisa, segundo DEMO (1996), pode se considerar apta a tomar o caminho das esperanças sociais nela depositadas. A pesqui-

o arquivista deve atuar de forma ativa devendo passar todos os conhecimentos custodiados por um arquivo



patorio de vida passa não só pela  
ção do conhecimento, mas sobre-  
la criatividade que estabelece um  
crítico com a realidade que incenti-  
descobrir estabelecendo relações.  
cesso facilitado pela pesquisa é um  
o de criação.

DEMO (1996, p.18) ao tratar dos  
tes múltiplos da pesquisa, comenta  
*“a pesquisa condensa-se numa  
idade de horizontes no contex-  
tífico e a ciência vive do desafio  
louro de descobrir realidade que,  
de novo, ao mesmo tempo se des-*

instituição. A principal fi-  
nalidade das entrevistas foi  
registrar, através das falas  
dos pesquisados, conteú-  
dos afins ao objeto deste  
estudo.

provisoriamente passa a cons-  
tituir um elemento importan-  
te no processo de renovação  
científica.

### 3.1 Idéias, concepções e práticas

A pesquisa no Brasil tem se consti-  
tuído numa tarefa árdua decorrente mui-

ção Brasileira situa o incentivo ao tra-  
de pesquisa e investigação científica,  
vistas ao desenvolvimento da ciência,  
nologia, da criação e difusão da cul-  
desse modo, desenvolvendo o enten-  
nto do homem e do meio em que  
(1988, Capítulo IV, artigo 43, item III.  
)

Os arquivos são, neste contexto, es-  
s necessários à atividade de pesquisa  
estigação, sendo capaz de promover  
ação e cultura.

A pesquisa é inerente ao processo  
ativo, neste sentido, o arquivo é uma  
uição de pesquisa que contribui para o  
volvimento da educação.

É o arquivo a possibilidade de exer-  
destes princípios, quando permite o  
o aos documentos passando assim a  
nir as funções educativa e científi-  
Estes arquivos são espaços próprios  
essários para o desenvolvimento de  
risas e é dentro da instituição - uni-  
dade que, principalmente, a pesquisa  
senvolve.

2 A pesquisa como processo de

um aspecto são as  
sociais que não pode-  
rém existe também a  
tervenção humana qu  
conteúdos políticos e  
sobremaneira na ide  
encontrados. Neste  
se identificar o quant  
mental para descobri

DEMO(1996)  
define pela capacidade  
que não admite res  
estabelecendo a pro  
como fonte princ  
científica” (p.34).

Neste sentido,  
sa como um process  
sultados definitivos e  
sa a constituir um el  
processo de renovaç

### 3. Resultados

Os dados cole  
alizada no Arquivo I  
RS foram levantados  
de entrevistas dirigic



procurou-se estabelecer um diálogo com o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul situando sua política de pesquisa

tas vezes do pouco incentivo, de arquivos carentes de organização e acesso, sem falar em políticas de preservação. Este é o panorama brasileiro, mas existe no caso do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul uma consciência da importância que a pesquisa tem, além do entendimento de que o pesquisador enfrenta dificuldades como por exemplo, precariedade de instalações, a falta de utilização de meios informacionais, a falta de divulgação do próprio acervo, além da acessibilidade por vezes negada aos documentos.

Neste estudo, procurou-se estabelecer um diálogo com o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul situando sua política de pesquisa.

### 3.1.1 As universidades e o arquivo público

As universidades são consideradas como organizações complexas que assumem um papel de atender ao tripé básico ensino, pesquisa e extensão.

SCHLEMPER (1989) afirma que a universidade autêntica, a universidade integrada aos objetivos maiores da coletividade será aquela que, sem criar discriminações nem prioridades de nenhuma classe, seja capaz de oferecer conhecimentos necessários para a transformação da sociedade e oportunidade de participar da criação de novos conhecimentos.

A criação de novos conhecimentos se dá também no espaço dos arquivos públicos através da pesquisa. A Universidade deve assumir este compromisso social de formação integral, do saber, da cultura porque desta forma está fazendo educação.

Universidades e Arquivo Público do

Estado do RS iniciam uma proximidade refletida nas falas dos entrevistados. Percebe-se uma proximidade maior de duas instituições cujas áreas mais correlatas se aproximam. Cabe um questionamento - se a universidade como um todo deve promover a pesquisa porque somente estas áreas têm buscado efetivamente o arquivo?

## 3.2 Políticas públicas no campo da pesquisa

Percebe-se que, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, a contribuição do Estado na implementação de políticas públicas no campo da pesquisa praticamente nem são sentidas partindo das falas dos entrevistados e, mais uma vez, destaca-se além do descaso das autoridades, uma falta de conscientização quanto a importância dos arquivos para a sociedade.

### 3.2.1 Necessidades de ordem técnica e de recursos humanos

As questões referentes aos problemas identificados em relação ao arquivo e a forma do acervo ser melhor explorado pelos pesquisadores foram unidas pela semelhança das perguntas e respostas dos entrevistados. Neste sentido, emergiram problemas de ordem operacional e física.

A utilização das fontes pelo pesquisador traz no seu bojo uma forma de difusão, pois ao divulgar o acervo seja através de publicações, apresentação de trabalhos, e até na própria troca de informações na academia, no cotidiano está se promovendo a difusão das informações que o arquivo reúne. Ao atingir um público mais diversificado, o arquivo deverá adequar-se a esta realidade e o Estado talvez passe a tomar maior consciência do significado dos arquivos para as pesquisas.

### 3.3 Referência e difusão em arquivos

#### 3.3.1 Funções educativas e científicas

Os arquivos públicos existem com função primordial de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais provenientes da área governamental, transferindo-lhes as informações para atender ao administrador, ao cidadão e ao historiador.

Com relação à função cultural, também a pesquisa é desenvolvida através de intercâmbios e convênios, estágios de alunos de diferentes áreas, pesquisadores, visitação de colégios, divulgação de sua função sócio-cultural através da mídia, entre outros.

A análise das falas nos levam a reflexão de que o arquivo sofreu transformações ao longo dos tempos, os profissionais colaboraram na mudança de mentalidade e de consciência, porém não houve por parte do governo ações concretas não só no sentido de contribuir na divulgação do acervo como também no sentido de proporcionar uma infra-estrutura mínima adequada ao arquivo. ESPOSEL (1994) denuncia que os arquivos não são valorizados na sua essência e que as autoridades competentes deveriam assumir esta responsabilidade juntamente com a sociedade.

#### 3.3.2 Políticas de acesso

O Arquivo Público hoje reconhece o direito do cidadão ao mesmo tempo em que impõe regras à sociedade quanto ao manuseio dos documentos. A política de

acesso não foi explicitada pela Direção e, ao mesmo tempo, a fala do pesquisador nos trás uma idéia de que não há restrição de acesso aos documentos do arquivo. O pesquisador, nesta instituição, possui uma importância bem maior que o usuário, conforme perfil estabelecido pelo mesmo. Esta diferenciação não é registrada na praxis de outras instituições arquivísticas públicas brasileiras.

#### 3.3.3 Trabalhos construídos a luz das informações do acervo do arquivo

Com relação ao retorno do pesquisador com o resultado de sua pesquisa, os entrevistados responderam que, no momento em que o pesquisador é cadastrado, ele já deixa registrado seu compromisso em doar um exemplar de sua pesquisa ao Arquivo.

A Divisão de Documentação, ao realizar um trabalho junto ao pesquisador, trabalho este que envolve uma interação com a pesquisa dos mesmos, de relação, valorização e compromisso com as pesquisas, entendeu a necessidade de constituir uma Biblioteca de Apoio à Pesquisa. A partir desta ação, passou a adotar um controle deste material desde o ano de 1992. Nos últimos cinco anos, um retorno mais efetivo vem acontecendo isso vem ocorrendo em função da própria política adotada no arquivo.

Percebe-se então, que a inclusão de profissionais da área da Arquivologia constituiu um fator de relevância a ser considerado na atividade de pesquisa no Arquivo. As publicações constituem também fontes de pesquisa se levarmos em conta as possibilidades de pesquisa que as mesmas podem oferecer. É necessário reconhecer que a atividade de investigação exige tempo.

Percebe-se então, que a inclusão de profissionais da área da Arquivologia constituiu um fator de relevância a ser considerado na atividade de pesquisa no Arquivo.



ALBERCH E BOADAS (1997) referem-se aos serviços de arquivo, destacando que é importante que ao cidadão seja proporcionado maiores iniciativas. Assim, os pesquisadores do Arquivo Público podem contar não só com as fontes primárias mas, também, com a possibilidade de troca e de colaboração na elaboração de seus trabalhos.

### 3.3.4 O arquivo enquanto instituição de pesquisa

Pela ótica dos entrevistados pode-se dizer que as falas são similares o que denota que o Arquivo Público do Estado do RS constitui uma instituição de pesquisa e que transcende esta característica quando, também, elabora publicações promovendo acesso, divulgação e troca entre os pesquisadores. Merece destaque a fala que pontua a reestruturação da casa enquanto elemento que diferencia época em que constituiu instituição de pesquisa e a época em que o arquivo era compreendido como um depósito de documentos.

### 3.3.5 Arquivo público e contribuições à pesquisa

A análise das respostas quanto a questão: - como o arquivo contribui na construção de pesquisas permite dizer que os entrevistados reportaram-se as respostas anteriores reafirmando seu compromisso em prestar assessoramento individual ao pesquisador, realizando orientações, elaborando instrumentos de pesquisa, realizando descrições e transcrições de documentos relevantes nas formas citadas de divulgação do acervo.

Foram explicitadas também outras formas de disseminação da informação do arquivo e de divulgação do acervo através de vídeos, exposições entre outros. A As-

sociação dos Amigos do Arquivo Público contribui efetivamente neste sentido.

### 3.3.6 Avaliação de pesquisas: relatos e registros

Os relatórios de atividades proporcionam o conhecimento das ações praticadas no âmbito das instituições. Eles constituem uma rotina de instituições públicas e privadas.

Através dos depoimentos dos entrevistados é possível constatar que estes relatórios são quantitativos e revelam informações referentes ao movimento de pessoas e número de documentos consultados no Arquivo, não avaliando de forma qualitativa, a contribuição do Arquivo na construção de pesquisas. Desta forma, os registros existentes no Arquivo Público revelam os atendimentos realizados anualmente, quase sempre apresentando o número de pessoas atendidas, o número de cópias fornecidas, o número de cópias solicitadas e não retiradas e o número de pesquisadores que freqüentaram o Arquivo durante o ano.

### 3.3.7 Arranjo e descrição e necessidades dos pesquisadores

Arranjo e descrição são atividades exercidas pelos arquivistas nos arquivos permanentes, são, portanto, atividades de arquivos de custódia, arquivos históricos. Estas atividades são importantíssimas quando a primeira trata da classificação dos documentos nos arquivos permanentes e a segunda garante um conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa. Portanto, contribuem para que o arquivo cumpra sua real finalidade que é promover acessibilidade aos docu-

mentos de arquivo. Percebe-se através dos depoimentos, que são contraditórios, que a atual política de arranjo dos documentos adotada no Arquivo Público, atende em parte ao pesquisador, pois o fato do arquivo não dispor de inventários mais completos torna a atividade do mesmo mais complexa. Também deve-se destacar que o volume de 18 milhões de documentos faz da elaboração de instrumentos de pesquisa uma tarefa lenta que exige conhecimento do acervo e recursos humanos disponíveis.

## Considerações finais

Retomando os objetivos estabelecidos neste trabalho é importante, observar que, de modo geral, a política de pesquisa do Arquivo Público do Estado do RS no período de 1987 a 1997 constituiu-se em “assegurar a proteção e a preservação da documentação arquivística do poder público estadual como elemento de apoio à administração e por seu valor histórico e cultural; e também “ facilitar o acesso ao patrimônio arquivístico público, de acordo com as necessidades da administração pública e da comunidade”(Decreto n.º 33.200 de 05 de junho de 1989). O Arquivo Público então vem assegurando em parte o cumprimento dos objetivos de seu Sistema de Arquivos, pois ainda apresenta limitações de ordem operacional (recursos humanos e materiais) que em muito dificultam a preservação e difusão do acervo, bem como o acesso à pesquisa.

Na atualidade, por influência da evolução da sociedade, pelo avanço da ciência, da tecnologia propõe-se hoje um novo conceito de arquivo. O arquivo não deve ser mais simplesmente um repositório de papéis, mas sim um espaço de construção dos sonhos e desejos refletidos no imaginário de uma época e de uma cultura. Hoje, o arquivo tem se constituído num espaço onde as pessoas procuram satisfazer as mais diferentes curiosidades, elas têm bus-

cado desde a construção de história de família até a elaboração de pesquisas de caráter científico.

A análise do compromisso do estado do Rio Grande do Sul com o Arquivo Público permite concluir que o estado está cumprindo precariamente seu papel quando não tem investido o necessário para o seu funcionamento adequado no que se refere a informatização do acervo, salas adequadas para pesquisa, microfilmagem, etc.

A respeito das políticas de referência e difusão é mister que a atual administração do arquivo intensifique esta atividade enquanto prática permanente do arquivo. As universidades e os órgãos de ensino em geral devem estar mais comprometidos com as instituições arquivísticas e ao arquivo cabe buscar novas alternativas, no sentido de implementar ações em parceria com estas instituições favorecendo assim a interrelação da sociedade com o arquivo.

Ao cumprir as funções precípuas de recolher, tratar, conservar, difundir e tornar acessível à consulta de todos os documentos acumulados por determinada administração, estendendo as suas potencialidades de ação em maior benefício da sociedade, o arquivo cumpre efetivamente seu papel. Esta ótica é assumida no Arquivo público quando pessoas ligadas a área da Arquivologia passam a atuar no seu interior. Fica evidente nos documentos que mereceram análise neste trabalho, nas ações praticadas no arquivo, na fala dos entrevistados que a política de pesquisa passa por novo contorno. Neste momento, se reconhece que o arquivo não só deve conservar documentos, mas sim torná-los cada vez mais acessíveis, estabelecendo uma relação ampla entre pesquisador e arquivistas.

A postura dos dirigentes governamentais revela um descompromisso com

Neste momento, se reconhece que o arquivo não só deve conservar documentos, mas sim torná-los cada vez mais acessíveis, estabelecendo uma relação ampla entre pesquisador e arquivistas.



investimentos no Arquivo Público do Estado do RS, trazendo por vezes um desestímulo àqueles que desenvolvem tarefas que exigem a soma do esforço intelectual e físico. Percebe-se a falta de compreensão, apoio e estímulo às pessoas que atuam, em prol da cultura e da sociedade como um todo. A mudança do Staff administrativo a cada troca de governo estadual é sentida e tem refletido de forma um tanto quanto negativa nos projetos e programas em desenvolvimento no âmbito da instituição. A cada nova gestão, estrutura-se uma nova expectativa, com relação as propostas a serem implementadas e refletidas em atitudes políticas dos dirigentes do Arquivo.

As atividades do arquivo assumem uma especificidade particular quando sua política propõe duas frentes, a primeira tratando, mesmo que de forma precária (leia-se dificuldades de ordem técnica) as fontes primárias que integram o acervo, tornando-as acessíveis. A outra que promove o tratamento documental daquilo que hoje

é produzido pelas secretarias do estado. Existe, portanto, implícito um compromisso dos profissionais que atuam no arquivo não só com as informações do passado mas com o tratamento daquelas que nascem a cada dia, enfim, da história que está sendo construída nos nossos dias.

As pessoas, ao entrarem em contato com os documentos de um arquivo, merecem um incentivo para desfrutar do prazer e alegria, proporcionados pelo enriquecimento educativo e científico. No entanto, para promover esse enriquecimento é necessário contar com apoio dos órgãos governamentais na implementação de políticas de arranjo e descrição dos documentos, elaborando instrumentos de pesquisa, utilizando-se da informática e trazendo a mídia, as escolas e universidades (públicas e privadas), para conhecer o arqui-

vo.

## Bibliografia

0ALBERCH R., BOADAS J. A **funcion cultural de los archivos**. Madrid, Espanha: Departamento de Cultura Gobierno Vasco, 1997.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RS. **Problemas e Soluções** - Relatório. Porto Alegre: RS, 1972.

\_\_\_\_\_. **Boletim informativo referente ao período de 1991 a 1994**. Porto Alegre : 1994.

\_\_\_\_\_. **Levantamento de Mensagens de Presidentes de Estado e de Governadores do RS**. Porto Alegre : RS, 1992.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. São Paulo: CENADEM, 1990.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A imagem do arquivista na sociedade e o ensino da Arquivologia. **Arquivo & História**. Rio de Janeiro: n. 2, p.7-16, 1996.

\_\_\_\_\_. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BRASIL. Decreto n.º 1.173, 29 de junho. Dispõe sobre competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema de Arquivos (SINAR) e dá outras providências. **Diário Oficial** [da União da República Federativa do Brasil], Brasília: v. 132, n.123, p. 9665, jun. 1994, Seção 1, 1994.

\_\_\_\_\_.Lei n.º 8.159. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**. [da República Federativa do Brasil], Brasília, 08 de jan. 1991.

As pessoas, ao entrarem em contato com os documentos de um arquivo, merecem um incentivo para desfrutar do prazer e alegria, proporcionados pelo enriquecimento educativo e científico.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394, 20 de dezembro. Lei de diretrizes e bases para a educação. **Diário Oficial [da União]**, da República Federativa do Brasil], Brasília, n. 248, p. 27833 - 27841, 23 dez. Seção 1, 1996.

CASTRO, Astréa de Moraes et al. **Arquivo no Brasil e na Europa**. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: 1973

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ESPOSEL, José Pedro. **Arquivos: uma questão de ordem**. Niterói: Muiraquitã, 1994.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

GONZATTO, Marcelo. Descaso ameaça Arquivo Público: acervo de 18 milhões de documentos históricos do Estado estão comprometidos pela ação do tempo e de cupins. **Zero-Hora**. Porto Alegre: p. 4-5, 13 fev. 1998.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos.. **A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência**. Dissertação (Mestrado em História) Curso de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade -Católica do Rio Grande do Sul - PUC -RS, Porto Alegre: 1994

MATOS, Rita de Cássia e TAVARES, Mara Barbosa. Crianças no arquivo - breve relato. **Revista do Arquivo Público do Estado do RJ**. Rio de Janeiro: n. 2, 1996.

PESCADOR HOYO, Maria Del Carmen. 1981. Nuestra memoria y los archivos. Asociacion Espanola de Archiveros, Bibliotecarios. Museólogos y Documentalistas, XXXX,num. 3, jul.-sep. Madrid: 1981.

RIO GRANDE DO SUL. 1989. Decreto n.º 33.200, 05 de junho. Institui o

Sistema de Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial** [ do estado do Rio Grande do Sul], Porto Alegre: RS, jun. 1989.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 33.201, 05 de junho. Institui a Comissão de Avaliação de Documentos e as Comissões Setoriais de Arquivos. **Diário Oficial** [ do estado do Rio Grande do Sul], Porto Alegre - RS, jun. 1989.

\_\_\_\_\_. Decreto 36.186, 22 de setembro. Aprova o regimento Interno da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. **Diário Oficial** [ do estado do Rio Grande do Sul], Porto Alegre: RS, set. 1995.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 876, 08 de março Regulamento do Arquivo Público do Rio Grande do Sul - Estatística e Bibliotheca. Porto Alegre: Oficinas typographicas d'A Federação, 1906.

SCHLEMPER, Bruno R.. Universidade e sociedade. In: VAHL, Teodoro R. et al . **Desafios de Administração Universitária**. Florianópolis: UFSC, 1989

## Endereço da autora

Denise Molon Castanho

Departamento de Documentação

Rua Marechal Floriano Peixoto 1750 –  
sala 300

97015372 - Santa Maria - RS

Fone: (055) 2223444 Ramal: 256

molon@ccsh.ufsm.br